

Sumário

ARTIGOS DOUTRINÁRIOS

- Responsabilidade civil dos provedores de internet e a proteção da imagem*
Leonardo Estevam de Assis Zanini 15
- Judiciário, políticas públicas e contraditório real*
Ricardo Geraldo Rezende Silveira 37
- Audiência de custódia: da (in)constitucionalidade à dignidade da pessoa humana*
Elídia Aparecida de Andrade Corrêa 49
- Da produção antecipada de provas nos benefícios mantidos no âmbito da Seguridade Social*
Vanessa Vieira de Mello e Gabriela Azevedo Campos Sales 67

JURISPRUDÊNCIA

DIREITO ADMINISTRATIVO

- Desapropriação indireta. Indenização pelo desapossamento administrativo.*
Ap 0204541-65.1998.4.03.6104
Desembargador Federal Paulo Fontes 83
- Contrato. Pleito de repactuação de contrato administrativo com o INSS. Equilíbrio econômico-financeiro. Reajuste do piso salarial da categoria. Reajuste do vale alimentação. Dissídio coletivo. Previsibilidade. Reajustamento do contrato. Inviabilidade.*
Ap 0005121-19.2007.4.03.6119
Desembargadora Federal Marli Ferreira 95
- INMETRO. Certificado de inspeção de produtos perigosos. Cancelamento de acreditação. Ausência de fiscalização. Certificados em branco em poder da empresa descredenciada. Emissão fraudulenta. Nova inspeção realizada. Danos materiais. Responsabilidade subsidiária.*
Ap 0004897-93.2011.4.03.6102
Juiz Federal Convocado Paulo Sarno 100

Militar temporário. Acidente em serviço. Ataque de animal silvestre (onça). Incapacidade definitiva para as atividades habitualmente exercidas. Concessão de reforma “ex officio”.

Ap 0011407-31.2011.4.03.6100

Desembargador Federal Cotrim Guimarães.....106

Mandado de Segurança. Concurso público. Mestrado. Exigência do edital para inscrição cumprida. Formação acadêmica suficiente.

ReeNec 0012766-88.2012.4.03.6000

Desembargador Federal André Nabarrete 113

Multa de trânsito. Excesso de peso. Autuação. Regular. Deve ser considerado embarcador o remetente ou expedidor da carga, mesmo se o frete for “a pagar”, sendo este o responsável pela infração relativa ao transporte de carga com excesso de peso.

Ap 0021252-53.2012.4.03.6100

Desembargador Federal Nery Júnior.....117

FUNPRESP. Regime de previdência complementar. Servidor egresso de outro ente federativo. Direito de opção. Lei nº 12.618/2012.

Ap 0004010-07.2014.4.03.6102

Desembargador Federal Valdeci dos Santos..... 121

SFH. Consolidação da propriedade. Lei nº 9.514/1997. Sistema de amortização constante - SAC. Inexistência de anatocismo. Cadastro dos órgãos de proteção ao crédito. Inscrição. Possibilidade.

AI 0011737-19.2016.4.03.0000

Desembargador Federal Peixoto Junior 125

Ação Civil Pública. Imprescindibilidade de registro profissional para o exercício de atividade na área da educação física, inclusive de magistério no ensino fundamental.

AI 0013876-41.2016.4.03.0000

Juíza Federal Convocada Giselle França 135

Suspensão de Execução de Liminar. Proibição à exportação de animais vivos para abate no exterior, em todo território nacional. Discussão a respeito da viabilidade do negócio chamado de “venda de gado em pé”. Alegações de risco sanitário e de que o produto deixa de agregar valor e empregos no comparativo com as vendas de carnes processadas. Necessidade de considerar que há demanda de consumo a ser atendida, com contratos já firmados lastreados por normas previamente estabelecidas pelo governo brasileiro que possui interesse no negócio.

SLAT 5001511-93.2018.4.03.0000

Desembargadora Federal Cecília Marcondes144

DIREITO CONSTITUCIONAL

Impressão da frase “Deus seja louvado” no papel moeda brasileiro. Definição dos termos Deus e religião. Liberdade religiosa e Constituição Federal. Precedente acerca do uso de crucifixos nas dependências de órgãos do Poder Judiciário.

ApReeNec 0019890-16.2012.4.03.6100

Desembargador Federal Johansom Di Salvo..... 153

Ação Civil Pública. Compensação ambiental. Artigo 225 da CF. Princípio do poluidor-pagador. Obrigação de arcar com os custos de preservação e conservação em contrapartida a empreendimento de relevante impacto ambiental. Valores da compensação devem ser destinados às áreas de relevante interesse ecológico situadas na área de influência direta do empreendimento. Possibilidade de exame do ato da administração por parte do Judiciário.

ApReeNec 0001846-94.2013.4.03.6105

Desembargadora Federal Mônica Nobre 163

DIREITO DO CONSUMIDOR

Ação Civil Pública. Direito do consumidor. Competência da Justiça Federal. Comercialização de combustível em desconformidade com as normas fixadas pela ANP. Responsabilidade objetiva do fornecedor. Pessoa jurídica extinta. Sócio proprietário. Responsabilidade solidária. Dever de indenizar.

Ap 0004099-57.2011.4.03.6127

Desembargadora Federal Diva Malerbi 181

DIREITO PENAL

Moeda falsa. Conflito entre defesa técnica e vontade do réu. Prepondera o entendimento da defesa. Falsificação grosseira afastada. Descabida desclassificação para estelionato.

Ap. 0000854-23.2006.4.03.6124

Desembargador Federal Maurício Kato.....191

Delito do artigo 2º da Lei nº 8.176/1991 c/c artigo 71 do CP. Exploração clandestina de matéria-prima pertencente à União (granito), em concurso de pessoas. Materialidade e autoria delitivas incontroversas. Insuficiência de provas quanto ao dolo do coacusado e mero funcionário braçal. Tese de erro sobre os elementos do tipo factível na hipótese. Princípio constitucional da presunção de inocência.

Ap. 0003635-60.2006.4.03.6110

Desembargador Federal José Lunardelli.....198

Artigo 171, § 3º, c/c artigo 71, ambos do CP. Gerente da agência dos Correios e Banco Postal. Saques indevidos e realização de empréstimos nas contas de clientes sem o seu conhecimento. Fixação da pena-base. Concurso material não configurado. Majoração da pena em razão da continuidade delitiva. Reparação do dano.

Ap. 0008474-36.2007.4.03.6000

Desembargador Federal Nino Toldo 204

Artigo 293, § 1º, “b” e “c”, CP. Supressão de selos obrigatórios. Decisão do e. STJ. Desnecessidade de constituição do crédito tributário. Crime contra a fé pública. Princípio da insignificância. Inaplicabilidade. Tipicidade, materialidade, autoria e dolo comprovados.

Ap. 0003110-88.2010.4.03.6126

Desembargador Federal Souza Ribeiro 215

Estelionato majorado. Fraude no recebimento de seguro-desemprego. Prescrição da pretensão punitiva na forma retroativa. Ocorrência. Materialidade e autoria comprovadas. Princípio da insignificância. Inaplicabilidade. Continuidade delitiva. Afastamento. Fixação da reparação do dano suportado pelo erário. Possibilidade.

Ap. 0008318-73.2011.4.03.6108

Desembargador Federal Fausto De Sanctis 221

Tráfico internacional de entorpecentes. Porte de drogas para consumo próprio. Desclassificação do crime para artigo 28 da Lei nº 11.343/2006. Competência do Juizado Especial Criminal Federal.

Ap. 0000316-04.2012.4.03.6004

Desembargador Federal Wilson Zauhy 233

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Pensão por morte. Encarceramento anterior. Qualidade de segurado mantida.

ApReeNec 0001717-58.2010.4.03.6117

Desembargador Federal Carlos Delgado245

Benefício de renda mensal vitalícia. Recebido indevidamente por terceiro. Má-fé.

Ap 0001853-11.2012.4.03.6109

Desembargador Federal Baptista Pereira252

Recurso Especial. Possibilidade de reafirmação da DER (data de entrada do requerimento administrativo) mediante o cômputo de tempo de contribuição posterior ao ajuizamento da ação, para fins de implementação dos requisitos necessários à concessão de benefício previdenciário. Soluções jurídicas dissonantes em nossos tribunais.

REsp Ap 0007372-21.2013.4.03.6112

Desembargador Federal Mairan Maia255

Aposentadoria por tempo de serviço/contribuição. Comprovação das condições especiais. Explosivos. Mineiros de superfície. Implementação dos requisitos. DIB.

Ap 0039254-77.2013.4.03.9999

Desembargador Federal Paulo Domingues 258

Ação Rescisória. Pensão por morte. Filho nascido após o óbito do pai. Investigação de paternidade. Termo inicial. Data do nascimento.

EDcl AR 0019233-70.2014.4.03.0000

Desembargador Federal Luiz Stefanini 266

Aposentadoria por invalidez. Requisitos preenchidos. Interdição judicial. Depressão crônica. Incapacidade total para a vida independente atestada por perito judicial. Acréscimo de 25% concedido.

Ap 0039700-46.2014.4.03.9999

Desembargador Federal Toru Yamamoto 271

Aposentadoria especial. Tempo de serviço especial. Perfil profissiográfico previdenciário conflitante com prova emprestada. Necessidade de realização de perícia técnica.

Ap 0004116-80.2015.4.03.6183

Desembargador Federal David Dantas 274

Aposentadoria especial. Natureza especial das atividades laboradas reconhecida. Agente físico (ruído) e químico. Explosivos. Material bélico. Periculosidade. Possibilidade de conversão do tempo especial em comum mediante aplicação do fator previsto na legislação. Vinte e cinco anos de atividades especiais. Carência e qualidade de segurado comprovados.

Ap 0045117-43.2015.4.03.9999

Desembargador Federal Nelson Porfírio 278

Questão de Ordem. Aposentadoria por tempo de contribuição. Erro material. Correção. Tempo insuficiente. Aplicação do artigo 493 do novo CPC. Continuidade do vínculo com a previdência social. Cômputo do tempo posterior. Possibilidade. Benefício deferido. Regra 85/95. Fator previdenciário. Não incidência.

Ap 0015761-32.2017.4.03.9999

Desembargador Federal Sérgio Nascimento 287

Pensão por morte. Lei em vigor por ocasião do fato gerador. Vitaliciedade indevida (artigo 77, § 2º, V, "b", da Lei nº 8.213/1991, com a redação dada pela Lei nº 13.135/2015).

Ap 0024471-41.2017.4.03.9999

Desembargadora Federal Lucia Ursoia 292

Benefício de salário-maternidade. Legitimidade do INSS. Responsabilidade da empregadora. Presença dos requisitos legais. Consectários.

Ap 0031803-59.2017.4.03.9999

Desembargador Federal Gilberto Jordan 296

Benefício assistencial. Pessoa com deficiência: criança nascida em 2007. Artigos 5º XXXIII, 6º e 193 da CF. Leis nºs 12.470/2011 e 13.146/2015. Deficiência não verificada. Responsabilidade dos pais. Artigo 229 da CF. Ausência de impacto na vida familiar. Subsidiariedade da assistência social. Benefício indevido.

Ap 0032733-77.2017.4.03.9999

Juiz Federal Convocado Rodrigo Zacharias 301

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Assistência judiciária gratuita concedida na ação de conhecimento. Extensão aos Embargos à Execução. Possibilidade. Condenação de beneficiário da justiça gratuita em honorários advocatícios. Possibilidade.

Ap 0001172-30.2011.4.03.6124

Desembargador Federal Newton De Lucca 315

Ação rescisória. Embargos de declaração do INSS. Desaposentação. Julgamento pelo STF do RE 661.256, em sede de repercussão geral. Atribuição de efeitos infringentes ao recurso. Violação a literal disposição de lei configurada. Desconstituição do julgado. Improcedência do pedido formulado na ação subjacente. Devolução de valores. Desnecessidade.

EDcl AR 0008858-73.2015.4.03.0000

Desembargadora Federal Marisa Santos 319

Mandado de Segurança. Perícia médica previdenciária. Localidade diversa do domicílio do segurado. Impossibilidade. Ilegalidade.

MS 0011972-83.2016.4.03.0000

Desembargadora Federal Ana Pezarini 329

Laudo pericial incompleto. Aposentadoria por invalidez. Auxílio-doença. Necessidade de nova perícia.

Ap 0033454-29.2017.4.03.9999

Desembargadora Federal Tânia Marangoni 334

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Revisão Criminal. Artigo 621, I, do CPP. Artigo 273, § 1º-B, I, do CP. Dosimetria da pena. Aplicação do preceito secundário do artigo 33 da Lei nº 11.343/2006. Atenuante da menoridade. Inaplicabilidade do § 4º do artigo 33 da Lei nº 11.343/2006. Ausência de previsão legal de causa de diminuição para o delito do artigo 273 do CP.

RvC 0020354-70.2013.4.03.0000

Desembargador Federal Hélio Nogueira 341

“Habeas Corpus”. Regressão do regime de pena do paciente para o semiaberto. Expedição de mandado de prisão. Recusa do paciente em cumprir a prestação de serviços à comunidade e prestação pecuniária impostas.

HC 0004002-95.2017.4.03.0000

Desembargador Federal André Nekatschalow 348

DIREITO TRIBUTÁRIO

Representativo de controvérsia. REsp 1.124.507/MG. Artigo 543-B, § 7º, II, CPC. Exclusão do SIMPLES. Lei nº 9.317/1996. Lei Complementar nº 123/2006. Efeitos retroativos. Período em que esteve no SIMPLES. Cobrança dos débitos tributários. Possibilidade.

Ap 0012505-65.2004.4.03.6110

Desembargador Federal Nelton dos Santos.....353

Repercussão Geral. RE 574.706. COFINS. Base de cálculo. ICMS. Compensação de indébitos. Parâmetros. Júízo de retratação. Inversão dos ônus sucumbenciais.

Ap 0023287-59.2007.4.03.6100

Juíza Federal Convocada Denise Avelar 358

Embargos à Execução Fiscal. Conselho de Biblioteconomia. Imposição de multa ao município por ausência de bibliotecário em biblioteca municipal: impossibilidade.

Ap 0000415-79.2015.4.03.6129

Desembargador Federal Fábio Prieto367

ISSQN. Artigo 166 do CTN. Inexistência de repasse. Desnecessidade de comprovação. ECT. Imunidade tributária. Repetição de indébito. Juros moratórios e atualização monetária.

Ap 0017507-60.2015.4.03.6100

Desembargador Federal Marcelo Saraiva.....370

Tutela de urgência. Vinculação a depósito do débito. Poder geral de cautela do juiz. Classificação fiscal para importações futuras. Efeitos normativos. Inexistência. Conflito de interesses concreto e individual.

AI 0016123-92.2016.4.03.0000

Desembargador Federal Antonio Cedenho.....379

SENTENÇAS

Ação Penal. Delitos dos artigos 288 e 299 do CP. Ex-prefeito. Falsidade ideológica. Quadrilha ou bando. Sonegação fiscal. Simulação de transações comerciais e financeiras complexas de elevados valores. Ocultação de movimentações financeiras e renda de origem não comprovada.

0023348-47.2008.4.03.0000

Juíza Federal Valdirene Ribeiro de Souza Falcão387

Ação Civil Pública. Reparação de dano moral coletivo. Manifestações discriminatórias em artigo publicado.

0001359-45.2013.4.03.6002

Juíza Federal Ana Lúcia Petri Betto 450

Ação Regressiva promovida pelo INSS. Ressarcimento das parcelas vencidas e vincendas de pensão por morte paga a dependentes. Condenação do companheiro pela morte da segurada. Concessão de pensão por morte ao filho do casal.

0008805-39.2013.4.03.6119

Juíza Federal Caroline Scofield Amaral 454

Aposentadoria por tempo de contribuição. Reconhecimento de tempo especial trabalhado com exposição ao agente químico chumbo e ao agente físico ruído.

0024999-82.2015.4.03.6301

Juiz Federal Ricardo de Castro Nascimento 460

Pleito de reconhecimento da condição de anistiado político cumulado com pagamento de danos morais. Submissão à tortura durante período de prisão no DOI-CODI sob acusação de integrar a célula comunista denominada Ala Vermelha do PCdoB.

0004331-17.2016.4.03.6120

Juiz Federal Márcio Cristiano Ebert465

Mandado de Segurança. Pedido liminar. Aplicação da redução das alíquotas de incentivo do REINTEGRA impostas pelos Decretos nºs 8.415/2015 e 8.543/2015 somente após 90 dias em respeito à anterioridade nonagesimal.

0004707-36.2016.4.03.6109

Juiz Federal Fernando Cezar Carrusca Vieira 474

Ação Civil Pública. Alteração da Resolução Normativa nº 338/2013 – ANS. Cobertura obrigatória de sessões de psicoterapia pelo tempo indicado pelo médico/psicólogo.

0009452-86.2016.4.03.6100

Juiz Federal Djalma Moreira Gomes 486

Embargos de terceiro. Beneficiárias de plano privado de previdência (VGBL). Penhora que teria atingido reserva de capital para plano de previdência de propriedade das embarcantes, terceiras em relação à execução.

0000599-58.2017.4.03.6131

Juiz Federal Mauro Salles Ferreira Leite493

SÚMULAS

Súmulas do TRF da 3ª Região501

Súmulas da Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região 505